

LUIS MANUEL FONSECA PIRES
Juiz de Direito Doutorando em Direito Administrativo pela PUC-SP
Mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP
Professor-assistente de Direito Administrativo na pós-graduação lato
sensu da PUC-SP
Professor de Direito Administrativo na graduação da PUC-SP

**LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS À LIBERDADE E À
PROPRIEDADE**

Editora Quartier Latin do Brasil

São Paulo, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Pires, Luis Manuel Fonseca
Luis Manuel Fonseca Pires - Limitações
Administrativas à Liberdade e à Propriedade -
São Paulo : Quartier Latin, 2006.
1. Direito Administrativo

ISBN: 85-7674-172-5

SUMÁRIO

Agradecimentos	11
Apresentação	13
Introdução	15
I. Função Administrativa	20
I.1. Introdução	20
I.2. Direito Público e Direito Privado	21
I.3. Administração Pública	25
I.4. Conceito de função administrativa	34
I.5. A competência para o exercício da função administrativa	58
I.6. Regime Jurídico Administrativo	61
II. Atributos do Ato Administrativo	63
II.1. Introdução	63
II.2. Presunção de legitimidade e veracidade	66
II.3. Imperatividade	81
II.4. Exigibilidade	84
II.5. Auto-executoriedade	91
II.6. Tipicidade	102
III. Limitações Administrativas	106
III.1. Introdução	106
III.2. Liberdade e propriedade e direitos à liberdade e à propriedade	108
III.2.1. O direito à liberdade, a teoria dos papéis sociais e as limitações administrativas à liberdade no campo do direito público	114
III.2.2. O direito de propriedade, sua função social e as limitações administrativas à propriedade no campo do direito público	122
III.3. Distinção entre as limitações administrativas em sentido amplo e as em sentido estrito	126
IV. Limitações Administrativas em Sentido Estrito	130
IV.1. Introdução: a relação com o "poder de polícia"	130
IV.2. Evolução histórica do "poder de polícia" antes do Estado Moderno	133
IV.3. Evolução histórica do "poder de polícia" a partir do Estado Moderno O porquê do abandono da expressão "poder de polícia":	

Localização: 351.74

P6671

Código de barras: STJ00066004

análise da expressão à luz da evolução do princípio da legalidade	137
IV.4. Limitações administrativas, em sentido estrito, à liberdade e à propriedade	157
IV.4.1. Relações de supremacia geral e especial	157
IV.4.2. Fundamentos jurídico e político das limitações administrativas	173
IV.4.3. Conceito. Definição do conceito	178
IV.4.4. Atributos dos atos administrativos de limitações administrativas	205
IV.4.5. Competência	219
IV.4.5.1. Competência para o exercício	219
IV.4.5.2. A questão da delegação	223
IV.4.6. Regime jurídico específico: "limites" às limitações administrativas	244
IV. 4. 7. Objetos e finalidade das limitações administrativas	268
IV.4.8. Instrumentos das limitações administrativas	279
IV.4.8.1. O processo administrativo	280
IV.4.8.2. Espécies de atos das limitações administrativas	281
IV.4.8.2.1. Declarações jurídicas	281
IV.4.8.2.2. Atos materiais	286
IV.4.9. Classificações das limitações administrativas	288
IV.4.10. Nosso conceito e definição de limitações administrativas	294
IV.4.11. Institutos afins: sanção administrativa, serviço público, fomento, servidão administrativa, desapropriação, tombamento, requisição e polícia judiciária	297
IV.4.12. Tributos decorrentes das limitações administrativas	309
IV.4.13. Restrições administrativas	313
IV.4.13.1. Introdução: conformação, sacrifício e violação de direitos	313
IV.4.13.2. As restrições administrativas	321
IV.4.13.3. Danos indenizáveis	324
IV.4.14. Prescrição	327
Conclusões	329
Bibliografia	352